



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

ATA DA 1498ª REUNIÃO PLENÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 2ª. REGIÃO
EM 01 DE SETEMBRO DE 2021.

Início: 12h10M

1. PARTICIPANTES: Conselheiros Efetivos: Luiz Barsi Filho, Pedro Afonso Gomes, José Marcos de Campos, Ricardo Tadeu Martins, Sergio Eduardo Arbulu Mendonça, Salete Aparecida Rossini Lara, Nancy Goreti Gorgulho Chaves Braga, Odilon Guedes Pinto Junior, Vicente de Paula Oliveira, Gil Marcos Clarindo dos Santos, Gilson Garofalo **Conselheiros Suplentes:** Maria Tereza de Oliveira Audi, Fernanda Della Rosa, Cristina Froes de Borja Reis, Haroldo da Silva, Roberto Guenji Koga, Sergio Tadeu Nabas, **JUSTIFICATIVAS:** Roberto Padovani (compromisso de trabalho no mesmo horário) **ABERTURA:** Em 01 de Setembro de 2021, no Plenário Ubirajara Dib Zogaib, na sede do CORECON-SP localizada na Rua Libero Badaró, 425, 14º andar – Centro – CEP 01009-905 – São Paulo/SP.

2. MATÉRIA DO DIA: 1- Análise e votação referente contrato de prorrogação dos serviços prestados e reajuste da empresa Implanta; **2 -** Votação e Elaboração de portaria ou resolução referente a isenção de anuidades para empresas baixadas na Receita Federal; **3 -** Analise e votação para patrocínio da tradução do livro do Economista Arthur Lewis; **4 -** Instalação do Tribunal Regional de Ética, a fim de examinar e votar o relatório do Conselheiro Pedro Afonso Gomes ref. a denúncia D-04/2021 e da Conselheira Nancy Goreti Gorgulho Chaves Braga ref. a denúncia D-05/2021.

O Presidente Luiz Barsi inicia a sessão plenária após constatar o quórum mínimo e coloca em votação a ATA anterior.

O Conselheiro Jose Marcos pede a palavra e gostaria que todo apreciasse a linha 45 e 46 da ATA, onde consta uma palavra que está fora de contexto e ele acredita que não possa ficar como está, onde está escrito que o nosso departamento de registro faria uma "mistificação dos inscritos" e essa palavra não cabe, pois não faremos nada falso com os registros e tem certeza que essa não foi a palavra que o presidente gostaria de usar para essa colocação e pede que presidente solicite a revisão desse texto.

O Presidente Barsi diz que gostaria de esclarecer que a pessoa que traduz o que foi dito na plenária, traduz **ipsis litteris** o que foi falado, agora quando tem uma observação dessa natureza, nós estamos renovando os termos da gravação para que ela possa ouvir e processar a devida correção.

O Conselheiro José Marcos diz que então se é **ipsis litteris** da tradução, então a presidente precisa retificar o que foi dito, pois se ele mencionou que irá fazer uma "mistificação" dos nossos registros a interpretação não pode ser essa, e com certeza a palavra que o presidente usou o sentido não seria esse. Segue dizendo



45 que na linha 53 ele desconhece a 'COMISSÃO VALORES DE AÇÃO' e pede a
46 retificação.

47 O Conselheiro Sergio Mendonça diz que na ATA 1.497 na linha 61 o valor digitado
48 está com um "0" a mais.

49 O Conselheiro José Marcos diz que na linha 68 está a grafia incorreta "a para todos"
50 o correto deve ser "a conselheira Nancy disse que passaria para todos" e na linha
51 70, não é "tem traças" par todos, seria "traçar" o perfil.

52 A Conselheira Nancy pede a palavra e diz que não entendeu que ela teria que
53 passar para todos o questionário da pesquisa, entendeu que passaria para o
54 presidente e se ele achasse conveniente passa para todos os conselheiros

55 O Presidente Barsi declara a ATA anterior aprovada, com as devidas correções.

56 O Presidente Barsi ressalta um comunicado sobre a publicação da autorização
57 sobre aviso de abertura do pregão eletrônico referente a prestação de serviços de
58 assistência saúde para os colaboradores do CORECON-SP.

59 O Vice Presidente Pedro Afonso pede a palavra para fazer alguns comunicados,
60 agradece a todos que colaboraram na organização do em Mês do Economista e da
61 comemoração dos 70 anos da profissão. Começa pelos conselheiros que foram
62 palestrantes ou mediadores, Começando pelo Presidente Barsi, pelo Presidente
63 Lacerda, os Conselheiros Carlos Eduardo, Marcel, Ricardo, Padovani, Haroldo,
64 Rodrigo, Waldir, Nancy, Sergio, Odilon, Gilson, Fernanda, José Marcos, Guilherme,
65 Vicente que não foi palestrante mas conseguiu palestrantes e foi mediador, Gil
66 Marcos que também foi mediador, Luiz Ablas e a filha Ana Cristina que fizeram
67 uma excelente palestra, Bruna Barros que é contadora e subsecretária de
68 empreendedorismo, que seja registrado me ATA para que não se perca a história
69 do CORECON. Também as Conselheiros que não foram citados; Maria Tereza Audi,
70 Cristina Reis, Salete, Koga, Nabas mas participaram como ouvintes e deram a sua
71 contribuição com as perguntas, e salientar o trabalho realizado pelo departamento
72 de imprensa com a divulgação com Hélio Perazzolo e as futuras jornalistas Ruth
73 Moraes e Giovana Martins. Esse departamento fez todo o trabalho de contato com
74 os conselheiros e mediadores, fizeram as gravações e agora está em fase de
75 edição. Agradece a todos por esse evento, foi um evento de produção com cerca
76 de 13 horas de palestras não só para os que participaram, mas para a história;
77 para os economistas, estudantes, professores de economia, estamos deixando um
78 conteúdo muito forte e que anima as pessoas a serem economistas, esse foi o
79 primeiro caso. O segundo caso é que foi recebido carta referente ao plano de
80 previdência dos economistas dirigida pelo Economista Walter Mendes presidente
81 da VIVEST antiga FUNCESP com quem foi firmado o convênio, nesta carta estão
82 delineadas questões que já foram conversadas nesses meses todos com a VIVEST,
83 não conseguimos implementar o plano por uma série de motivos pede autorização
84 para encaminhar para ser viabilizado o plano que é muito interessante além do
85 que os demais CORECONS estão esperando a nossa experiência com a VIVEST
86 para que seja levado a outros CORECONS. Como regimentalmente está sendo
87 pedido uma parte pelo Conselheiro Sergio Nabas na fala e pelo regimento ele
88 concede a parte ao Conselheiro Nabas.



89 O Conselheiro Sergio Nabas diz que gostaria de complementar a fala do Vice-
90 Presidente Pedro Afonso e ressalta que está se esgotando o prazo de 180 dias e
91 não existe nenhuma adesão ao plano e pelo regulamento esse plano já deveria ser
92 extinto, inclusive o presidente da VIVEST pediu a ele que aderisse ao plano para
93 se tenha um recurso e o plano não seja extinto, pois é muito importante
94 implementar esse plano de comunicação com os economistas. Tivemos uma
95 experiência recente de criar um plano familiar só que esse plano sozinho não
96 caminha e precisa dessas ações propostas pela Fundação Cesp, a partir dessas
97 ações tem uma possibilidade grande se ter sucesso na adesão.
98 O terceiro ponto citado importante para o conhecimento de todos os conselheiros
99 pois será uma ação por um certo tempo, acredita que todos saibam que o
100 Ministério Público abriu processo de improbidade administrativa contra o
101 presidente do CORECON-SP nos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018 em virtude da
102 investigação que o Tribunal de Contas da União fez sobre as contas dele. Essa ação
103 hoje deve estar em torno de R\$ 13.000.000,00 que é o triplo do desvio apontado
104 pelo TCU. Está sendo apontado aqui é que o juiz deferiu a perícia chamada "dita
105 contábil" sobre o que foi pedido pelo denunciado para que se verifique o que
106 aconteceu e foi pedido um empenho e isso já está determinado pelo juiz e o
107 CORECON será intimado para que apresente toda documentação necessária, então
108 teremos que nos empenhar nisso até porque o passo seguinte ao término desse
109 processo junto ao TCU será um pedido de ressarcimento de danos a quem
110 provocou o dano e isso o CORECON terá que fazer e se colaborarmos com a perícia
111 desse processo, essa perícia será a base do pedido de ressarcimento e não teremos
112 que refazer novamente a partir da perícia.
113 Pergunta ao presidente na condição de membro na Comissão de Normas do
114 COFECON recebeu cópias de um parecer de uma consulta dele, referente a
115 honorários sucumbenciais dos advogados do CORECON sobre recebimentos de
116 valores e nesse parecer constava o que parece ser uma afirmação do presidente
117 de que o CORECON deixou de pagar durante alguns anos e pergunta se já está
118 equacionado e se precisa de alguma colaboração com relação a isso pois pode ser
119 um novo passivo e não podemos deixar esse passivo crescer como os outros que
120 foram consertados pelo Presidente Barsi na sua gestão.
121 O Presidente Barsi responde que os valores referentes as sucumbências já foram
122 devidamente encaminhadas e não teremos problemas com isso. Referente ao
123 processo que está contra o ex presidente e diz que habilmente o advogado que
124 está em defesa do economista ele propôs ao juiz a apresentação e inclusão de
125 determinados documentos que se tivéssemos que levantar tudo novamente
126 teríamos que recorrer a um número grande de pessoas que já foi feito desde 1.958,
127 ainda hoje em conversa com o Dr. Eric que está cuidando deste assunto e já foi
128 encaminhado a ele a seguinte comunicação de que todos os documentos ou a
129 grande maioria dos documentos que estão sendo pleiteados já foram entregues e
130 fazem parte do processo e lamentavelmente por razões que desconhecemos o juiz
131 não olhou o desde o começo ou não se deu conta de que os documentos já estavam
132 inseridos no processo, pode ser que falte algum documento mas já providenciamos



133 a busca para que sejam encaminhados e paralelamente estamos solicitando uma
134 prorrogação para apresentação desses documentos.
135 O Conselheiro Odilon Guedes pede a palavra e diz conversou com o Conselheiro
136 Haroldo, com o Pedro Afonso e com o Hélio para fazermos uma live convidando as
137 prefeituras do interior e as câmaras municipais do interior para discutir sobre o
138 plano plurianual e tínhamos pensado em fazer esse mês mas como ocorreu o mês
139 do Economista e o Congresso seriam muitas atividades, então provavelmente
140 vamos marcar para o começo de outubro essa live, convidando as prefeitura e as
141 câmaras municipais para discutir o plano plurianual, por exemplo aqui em São
142 Paulo o planos chegará até o dia 30 de setembro, então seria mais uma chamada
143 da importância desse pleno e o papel dos economistas, então devemos tratar disso
144 no começo de outubro.
145 O Presidente Barsi esclarece que o departamento de imprensa já tem
146 aproximadamente 80% dos elementos e contatos que podem em devem
147 convocados estamos atentos a isso e no momento oportuno será feito.
148 O Conselheiro Odilon diz que será muito importante para o Conselho.
149 A Conselheira Nancy parabeniza o Presidente Barsi pelo evento do mês do
150 Economista, foi um evento grandioso e muito produtivo, participou de algumas
151 coisas e assistiu lives e parabeniza a todos. Segue dizendo que a Comissão da
152 Mulher Economista por conta dos eventos do mês de agosto, ela fez uma live e foi
153 mediadora em outra e com o Congresso estão trabalhando off-line nos bastidores
154 para isso. Fala que na semana que passou encaminhou o questionário para o
155 presidente junto com 3 orçamentos sobre o perfil da mulher economista do estado
156 de São Paulo, ela diz que essa pesquisa deveria ser profissional, pois o CORECON
157 tem dinheiro para as custas e será feito uma vez, pede para o presidente ler e
158 passar para os conselheiros para orientar as ações da Mulher Economista. Outro
159 assunto é sobre o Congresso Brasileiro de Economia, onde São Paulo é o anfitrião
160 e lá tem a programação com todos os nomes e quando é colocado sobre a Mulher
161 Economista, só é colocado "mulheres pensam o desenvolvimento econômico" mas
162 não tem o nome de nenhuma palestrante, gostaria de saber com que precisa falar
163 para que mude essa chamada.
164 O Presidente Barsi diz que a questão de se fazer o levantamento sobre o perfil da
165 mulher economista, foi encaminhado para o departamento jurídico e não está
166 esquecido. A questão de inserir o nome de palestrante no congresso precisaria
167 conversar com o Presidente da Comissão Organizadora, o Professor Waldir.
168 Aproveita para comentar que entrou em contato com ele um advogado tributarista
169 nessa semana, e trouxe ao conhecimento uma questão que foi avaliada pelo
170 Supremo Tribunal Federal e que no interpretar dele existem fatores e cálculos de
171 legislações que podem ter e foram feitos de uma maneira errônea, e como isso
172 pode resultar em benefício para união, estamos falando em R\$ 350/400 bilhões de
173 reais, então acha interessante se ele pudesse participar do congresso pois seria
174 uma alerta de que os economistas estão atentos a tudo aquilo que pode beneficiar
175 as nossas autoridades e nosso governo, conversou com o Prof. Waldir que disse
176 que mesmo estanho todos as mesas preenchidas iria conseguir um espaço para.



177 O Conselheiro Gilson Garófalo pede a palavra e enaltece todos os esforços durante
178 o mês de agosto em prol das palestras que aconteceram e também o esforço que
179 está sendo feito para a realização do Congresso Brasileiro de Economia, alerta com
180 uma observação de que não tem visto notas de divulgação em mídias externas
181 sobre a realização do evento e diz que deveria haver um instrumento para chegar
182 a divulgação externa.

183 O Presidente Barsi responde ao Conselheiro Gilson que em conversa com o chefe
184 do departamento de imprensa, o Hélio, chegaram a conclusão de se tem um
185 evento nos dias 8, 9 e 10 de setembro e começamos a fazer divulgação no começo
186 de agosto, até a data do evento será esquecido, então está programado a partir
187 do dia 01 de setembro será publicado em jornais para impulsionar a divulgação, e
188 que faremos algumas divulgações pagas.

189 O Conselheiro José Marcos menciona que no dia 30 de agosto participou do evento
190 de comemoração do aniversário de 64 anos da Associação de Peritos Judiciais do
191 Estado de São Paulo, tendo sido agraciado com a confiança do Presidente Barsi,
192 onde o convite foi endereçado ao presidente para fazer parte do evento da
193 APEJESP, estiveram presentes a Dra. Vanessa Ribeiro Matheus que é presidente
194 da APAMARGIS, o Dr. Carlos Renato de Azevedo Ferreira, ex Desembargador,
195 Marcio França, ex governador do estado de São Paulo e o ex deputado estadual
196 Itamar Borges. Foi um evento muito importante e essas autoridades juntamente
197 com a presidência exercida pelo Economista Pedro Afonso Gomes, que estava
198 presente como presidente do Sindicato dos Economistas e esse convite também
199 se estendeu ao COFECON. Gostaria de deixar registrado em ATA que participou
200 deste evento com essas autoridades e o agradecimento pela confiança depositada
201 pela presidência em representar o Conselho Regional de Economia na solenidade.
202 O Conselheiro Ricardo Martins pede a palavra e faz a colocação sobre a pesquisa
203 pleiteada pela Conselheira Nancy sobre o perfil da mulher economista, de que se
204 for uma pesquisa com questões que já estão cadastradas, ou seja; uma série de
205 perfil e que já estiver cadastrado o CORECON é capaz de realizar a pesquisa e não
206 há a necessidade de profissionalismo externo. Porém se a questão é traçar um
207 perfil de trazer a luz sobre o que o economista deseja do CORECON, aí sim é
208 necessário trabalho de profissional externo com certeza.

209 A segunda questão é sobre a colocação do Conselheiro Gilson sobre a visibilidade
210 do que o CORECON realiza, ela tem que ser muito forte. Concorda que as vésperas
211 do evento trazemos mais a atenção do público em geral mas sabemos que no
212 mercado existe uma concorrência grande em termos de eventos. Ainda nesse
213 assunto gostaria de falar do prazer em participar do evento e deixar claro que é
214 esse tipo de trabalho que o economista espera, um retorno de valor agregado a
215 profissão. Parabeniza o mês do economista com tantos painéis e lives reforçaram
216 e agregaram novidades para os profissionais.

217 O Conselheiro Ricardo Martins Aproveita pede desculpas, pois nessa plenária ele
218 seria o relator dos processos, mas infelizmente ele teria conseguido marcar para
219 o dia anterior e passar no setor de registro para o relato, mas por conta de eventos
220 extraordinários não conseguiu chegar a tempo, chegou às 16h, e embora o
221 expediente externo seja até as 16h, imaginava que posteriormente seria possível



222 fazer isso, a recepção do prédio não conseguiu falar com o CORECON e depois de
223 10 minutos ele teve retorno de que não seria possível relatar por conta do horário
224 e em conversa pelo whatsapp com o Vice-Presidente Pedro Afonso, explicou a
225 respeito dos horários.

226 A Conselheira Fernanda Della Rosa pede a palavra e diz que a pedido do Presidente
227 Barsi ela fez parte da comissão do prêmio de Sustentabilidade e já circulou nos
228 grupos que esse trabalho já foi concluído com a representação do CORECON-SP e
229 terá um evento, ela já encaminhou para os conselheiros e para o presidente.
230 Quanto a pesquisa ela acha interessante que todos conheçam o questionário e
231 talvez se o Conselheiro Ricardo o visse teria uma visão mais ampla.

232 O Presidente Barsi diz que foi encaminhado ao departamento jurídico para que ele
233 dê um parecer para que se pronuncie se podemos esse trabalho tendo aqui uma
234 forma de fazê-lo internamente, assim que tiver esse pronunciamento ele
235 encaminhara todos. Fala sobre a questão da assessoria de imprensa, que ela está
236 eleita na Comissão de Trabalho da imprensa e já fez uma proposta de
237 reestruturação da assessoria, que é diferente do que é feito hoje, porém naquela
238 power point, que foi encaminhada ao presidente ela sugere a criação da assessoria
239 de imprensa, pois é ela que faz o trabalho diário, de todos os dias falar com a
240 mídia e assessores e diz que quando caiu release na mão de um jornalista, o
241 assessor liga, explica e conversa e populariza. Diz que lamenta que gastou um
242 tempo fazendo aquele trabalho e não ter ido para frente, e volta a bater nessa
243 tecla de que o CORECON-SP precisa ser conhecido. E com o congresso será muito
244 bom e isso já tinha que estar afiadíssimo junto a mídia, mas não é hoje a
245 característica do departamento de imprensa. Então se o CORECON quer ter essa
246 visibilidade ele precisa de um assessor de imprensa para ter intimidade com
247 jornalistas de várias mídias.

248 O Presidente Barsi responde que talvez a conselheira não veja o produto do
249 trabalho que tem sido realizado, pois ele é feito internamente e temos contatos
250 com alguns jornalistas da imprensa, chega um determinado momento que ele não
251 atende, mas temos a preocupação de produzir essa comunicação intensamente, e
252 não sabe se adiantaria ter mais um ou dois tentando falar ao telefone e não ser
253 atendido.

254 A Conselheira Fernanda diz que em momento algum disse que o Hélio e as
255 estagiárias não são eficazes, a proposta é só de avaliar a possibilidade de
256 contratação desse personagem que iria dar mais visibilidade ao presidente e todos
257 os trabalhos derivados.

258 O Presidente Barsi diz que muito provavelmente o Julio Poloni que está na
259 Comissão Operacional do CBE será a pessoa que fara essa ponte na próxima
260 gestão.

261 O Conselheiro Gil Marcos pede a palavra diz que esteve no CORECON para o relato
262 dos processos, juntamente com o setor de registro. Relata os processos.

263 Seguimos para o item 1 da matéria do dia; reajuste e continuação dos serviços
264 prestados do contrato com a empresa IMPLANTA, onde o valor atual mensal é R\$
265 6.171,92 para R\$ 6.780,02, pede que aprove por unanimidade para que não seja



266 interrompido a prestação de serviços O contrato foi encaminhado a todos para
267 apreciação antes da plenária.
268 O Vice-Presidente Pedro Afonso vota a favor.
269 O Conselheiro Ricardo Martins vota a favor, diz ter recebido o contrato e não vê
270 nada que possa interferir na renovação, e questiona se esse tipo de contrato pelo
271 valor, não estaria na alçada do presidente aprovar sem vir a plenária.
272 O Presidente Barsi diz que estaria dentro da alçada competente a ele, porém
273 prefere trazer para conhecimento de todos da plenária.
274 O Conselheiro Vicente de Paula pede um esclarecimento; na lei 8666 diz pode-se
275 renovar o contrato por cinco vezes e pergunta que número de suplementação seria
276 a que está sendo submetida a consideração de todos.
277 O Presidente pede para que seja chamado o funcionário do departamento de TI
278 para que esclareça o questionamento do Conselheiro Vicente de Paula.
279 O Vice Presidente Pedro Afonso pede fazer um esclarecimento e diz que o sistema
280 implanta é utilizado a mais de 20 anos e deve ter sido feita a renovação mas há
281 uma dispensa do Conselho Federal, pois o sistema Implanta tem que ser adotado
282 em todo o sistema, ou seja, não é o CORECON-SP que decide renovar ou não, o
283 pagamento é feito pelo conselho, mas o contrato "mãe" é do COFECON, pode-se
284 buscar o subsídio, pois todos os CORECONS têm que aderir senão um sistema não
285 conversa com o outro, pois é desse sistema que sai todas as informações
286 cadastrais, administrativas; quando há uma mudança como por exemplo no
287 RECREJ já é lançado no sistema uma fórmula de cálculo que o funcionário já sabe
288 quanto será. Então o contrato a rigor é um contrato do COFECON. Se é o indexador
289 não precisamos decidir nada, somente aplicar.
290 O Conselheiro Ricardo Martins diz que o indexador que está no contrato é o INPC,
291 contrato por 12 meses e o reajuste é de 9,85%.
292 O chefe do departamento de TI Marco Aurélio entra para esclarecer sobre o
293 contrato e diz que o contrato é antigo e que desde de 2004 que foi quando ele foi
294 admitido já estava ativo, e ele faz todo o sistema interno de informações referente
295 a vida do economista dentro do CORECON, esse contrato refere-se ao reajuste
296 anual.
297 O Conselheiro Vicente diz que não está entendendo se é sobre reajuste ou nova
298 licitação, diz que não quer ser punido no futuro por ter aprovado um contrato que
299 não esteja correto.
300 O funcionário Marco explica que é somente um reajuste anual com indexador do
301 INPC.
302 O Conselheiro José Marcos pede para contribuir com esclarecimentos e menciona
303 que o Conselheiro Vicente de Paula tenha razão na colocação que está fazendo no
304 número de vezes que o contrato está sendo renovado. Nós estamos recebendo a
305 informação de uma renovação e um reajuste de preço, são dois fatos jurídicos que
306 estão sendo subordinados a essa plenária. A primeiro como foi colocada pelo Vice
307 presidente Pedro Afonso, temos uma vinculação e não temos condições de escapar
308 pois é um sistema como um todo que utiliza esse oferecido pela IMPLANTA, e a
309 segunda questão é o reajuste de preços que está sendo colocado e que ele acredita
310 que exista uma colocação que está sendo feita e ele irá aderir aos demais



311 conselheiros que estão questionando, que é a cláusula de reajuste, ou seja; qual
312 é o indexador contratual, não o que foi utilizado e sim o que foi contratado. A
313 informação que chegou é que estão reajustando pelo INPC que é de 9,85%, mas
314 as colocações são pertinentes feitas, e em especial a colocação feita pelo
315 Conselheiro Vicente que falou sobre a renovação sucessiva por mais de cinco vezes
316 estaria em conflito com a regulamentação, mas que pode ser feita ressalva como
317 puder ser feita.

318 O Vice-Presidente Pedro Afonso pede autorização para compartilhar os contratos
319 de transparência do COFECON.

320 Compartilha o contrato de 2015 e aditivos, a vigência, o valor e depois temos o
321 pagamento e temos o reajuste, nesse contrato estaria como indexador o IPCA. No
322 aditamento em 2020 foi até 01/02/2021, portanto esse contrato está vencido, ou
323 pode ser que não esteja atualizado no portal de transparência do COFECON. Então
324 ele sugere que uma vez verificada pelo presidente de que o contrato está em vigor
325 pode- se votar para o aumento pelo índice contratual. Porém precisa ser verificado
326 pela presidência se o contrato está em vigor.

327 O Conselheiro José Marcos continua e diz que o presidente tenha junto à
328 administração o contrato que está assinado aqui no CORECON, pois o contrato
329 apresentado pelo COFECON tem outro indexador de reajuste. Com a ajuda, o
330 Conselheiro Koga coloca que o IPCA seria 8,99% contra 9,85 do INPC.

331 A Conselheira Salete pede a palavra e complementa a informação do Conselheiro
332 Koga que esse índice de 8,99 do IPCA foi até o mês passado, agora em setembro
333 subiu para 9,30, ainda é inferior ao INPC, agora se esse contrato foi fechado em
334 fevereiro de 2021, o IPCA era 5,20, se tiver que ser renovado a partir de fevereiro
335 pra agora, diminui mais ainda esse índice, mas a mudança já ocorreu, mesmo
336 assim está inferior ao INPC de 9,85.

337 O Conselheiro Koga esclarece que O IPCA de agosto ainda não saiu, só sairá por
338 volta do dia 10 de setembro. E tem um detalhe como Pedro Afonso levantou, pois
339 tem uma certa dúvida que no contrato do COFECON, onde o indexador é o IPCA
340 talvez o jurídico possa fazer um parecer a respeito, que nesse período foi ditada a
341 lei complementar 173/20 e nessa lei complementar veda alguns tipos de reajustes,
342 por exemplo, salário, como somos autarquia federal ela diz para estado, união e
343 município e há um entendimento que isso estende-se também as autarquias.
344 Agora no artigo 8º inciso 8 diz que não pode ultrapassar o IPCA que seria 8,89 em
345 julho.

346 O Presidente Barsi diz que o contrato foi encaminhado pela empresa IMPLANTA, e
347 se todos leram o contrato está escrito, 'SEGUNDO TERMO DE CONTRATO ADITIVO
348 AO CONTRATO DE MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
349 CELEBRAM' acredita que a empresa IMPLANTA tenha encaminhado o aditivo dentro
350 das normalidades jurídicas para a renovação dos serviços de acordo com o
351 contrato, e espera que por conta dessa indecisão de todos, o serviço não seja
352 interrompido.

353 O Vice-Presidente Pedro Afonso diz que a decisão é que se houver o contrato da
354 forma legal, tem que ser renovado, e pensa que não há indecisão do plenário, mas



355 faltaram algumas informações e assim que tivermos essas informações será levado
356 a diante.
357 O Presidente Barsi diz que deixaremos esse item suspenso, até termos acesso ao
358 primeiro aditivo do contrato.
359 O Conselheiro Ricardo Martins questiona sobre o indexador do contrato com o
360 COFECON é o IPCA e com o CORECON-SP é INPC, ter o primeiro aditivo e segundo
361 aditivo mostrando esse indexador, caso contrário pode-se ter quebra de contrato
362 por conta desse detalhe.
363 O Presidente Barsi diz que levará ao conhecimento jurídico para que seja feita uma
364 análise se está sendo aplicado corretamente esse indexador nos aditivos.
365 Item 2 da pauta – referente a elaboração de portaria para isenção de anuidades
366 para empresas baixadas na Receita Federal, o presidente fala que é votar uma
367 resolução que não há o que contestar.
368 O Vice-Presidente Pedro Afonso pede a palavra e diz que olhou no manual de
369 arrecadação após receber o documento para análise, que na resolução 1.853/2011
370 que diz o seguinte ' a isenção se dá no dia da baixa', então a pessoa pediu a baixa
371 ai sim é isento. No parecer do Dr. Eric é falho nesse sentido, ele fez o estudo mas
372 esqueceu de colocar que só se dá a isenção a partir do pedido de baixa', isso está
373 em todas as normas, a questão é ela não existe a 1 ano porque ela foi baixada,
374 mas o economista responsável não baixou no registro, ele tem que pagar,
375 possibilidade de pagar, mas ele gostaria que fosse suspenso o exame dessa
376 matéria, pelo seguinte fato; a lei 14.195, chamada lei do ambiente de negócio
377 estabelece do artigo 22 em diante, isenções de anuidade, ele pediu para a
378 Comissão de Normas do COFECON que fossem analisados dois conceitos que diz
379 o seguinte o artigo 7º da lei 14.195 – podem baixar sem cobrar, os valores ditos
380 irrisórios e os irrecuperáveis, mas a nós, Conselho Regional de Economia falta
381 saber qual é o conceito de irrisório e irrecuperável, quem tem que definir é o
382 COFECON, até porque nós temos que repassar 20% da anuidade para o COFECON,
383 se nós aqui dermos uma isenção irregular, teremos que arcar com os 20% daquilo
384 que isentamos irregularmente, então é melhor retirarmos da pauta a votação
385 dessa resolução. Esperamos a normatização do COFECON que será
386 provavelmente esse mês, eles irão fazer uma definição sobre as consequências da
387 lei 14.195 e poderemos fazer a nossa resolução.
388 O Presidente Barsi então retira da pauta o item sobre a resolução, e será esperado
389 a definição do COFECON.
390 O Conselheiro José Marcos, diz que se for observado na última parte do parecer
391 sobre a resolução, o Dr. Eric deixou claro que é necessário respeitar a hierarquia
392 pertinente, aderindo a sugestão do Vice-Presidente Pedro Afonso, ele tem a
393 sugestão de que eventual decisão desta plenária conte com o parecer do
394 COFECON, por uma questão de hierarquia que esse parecer coloca em destaque.
395 Item 3; votação para o patrocínio da tradução do livro do Economista Arthur Lewis,
396 submete à apreciação de todos e em 1º lugar a palavra do Economista Gilson
397 Garófalo, que por pertencer a Comissão de Educação como coordenador.
398 O Conselheiro Gilson Garófalo manifestou-se no sentido de que embora a obra
399 fosse relevante nós abrimos um precedente pelo Conselho de que viessem



400 futuramente outros pedidos solicitando o patrocínio para obras, e tivemos
401 recentemente um caso interno que resultou em **e-book** e essa questão de livros
402 está complexa pois há uma relutância para aquisição de livros, a preferência é por
403 e-books ou buscam a matéria dentro do **google**, embora reconheça a importância
404 da obra, ele se manifesta contra pelo precedente que poderá ser aberto para
405 patrocínios como este.

406 O Conselheiro Odilon pede a palavra e diz que: levei ao pleito esse assunto para o
407 patrocínio da tradução do livro do Economista Arthur Lewis, primeiro economista
408 negro a receber um Prêmio Nobel e acho que nesse momento que estamos vivendo
409 no país, acho que é fundamental a afirmação dos negros brasileiros, que se fala
410 que é minoria, mas segundo o IBGEM que mais de 50% da população brasileira é
411 de origem africana e por toda história do Brasil sempre foram marginalizados.
412 Então é fundamental darmos todo o apoio do ponto de vista da importância que
413 tem nesse caso, a importância intelectual. A respeito da posição do Conselheiro
414 Gilson, deve-se analisar do ponto de vista legal, se não houver nenhum tipo de
415 empecilho acho que devemos aprovar nesse sentido e se abrimos precedentes,
416 podemos a cada pleito discutir, pois não precisamos ter uma visão única para tudo,
417 nesse caso eu penso que seria extremamente para o Conselho, reafirma os
418 propósitos do Conselho, não só do ponto de vista de economista, mas a nossa
419 postura diante da sociedade brasileira, e acho que devemos aprovar.

420 O Conselheiro Gil Marcos diz que concorda com a posição e manifestação do
421 Conselheiro Odilon sobre a visibilidade da população negra, que só se fala de coisas
422 tristes, então temos que exaltar os nossos.

423 O Conselheiro Haroldo da Silva, endossa as palavras do Conselheiro Odilon e
424 entende a posição do Conselheiro Gilson de não adicionarmos custos, para
425 abrimos precedente, mas é função do nosso conselho dentre esses aspectos, o
426 aspecto cultural sem dúvida nenhuma para a formação de qualquer bom
427 profissional e é totalmente favorável avaliarmos qual o custo de fazer a tradução
428 do livro, aliás o Economista Arthur Lewis tem inúmeros livros, se dermos uma
429 busca veremos que não tem nenhum livro dele com grande circulação na língua
430 portuguesa. Acha que algumas das coisas estão sendo entendidas com uma visão
431 de economista de avaliar tudo como custo e pouca visão de investimento, nesse
432 caso é um investimento fundamental e esse tipo de coisa poderia ser matéria para
433 lançar o Conselho Regional de Economia com algo positivo para a sociedade para
434 além do que já temos feito. Apoia a tomada de decisão de avaliar o valor da
435 tradução e sem dúvida alguma, levar isso adiante. Nosso papel é muito mais que
436 formar economistas, precisamos valorizar nossa profissão, então o livro vai ao
437 encontro desse processo.

438 O Conselheiro Ricardo Martins diz concordar com os Conselheiros Odilon e Haroldo
439 no sentido de que cada vez mais estamos absorvendo essas questões que o
440 mercado tem chamado de fator **asgui**, onde a governança está cada vez mais
441 necessária em todos os sentidos, então faz todo o sentido pensarmos na nossa
442 ideia de agregar todo um trabalho ao economista nas questões da tendência. E
443 ficou uma dúvida, como o Conselheiro Haroldo fez uma pesquisa no google e
444 apareceram vários livros, se de repente é esse livro que está sendo proposto é o



445 mais recente ou é que faz mais sentido em função do conteúdo e contexto da obra,
446 mas sou a favor da verificação dos custos de tradução, lembrando que por ser um
447 livro de economia as questões da tradução especificamente devem estar muito
448 bem traduzidas no seu detalhe para que não corramos o risco na falha da
449 interpretação.

450 O Conselheiro Vicente de Paula se refere a proposição do Conselheiro Gilson
451 Garófalo, primeiro lugar, é papel do Conselho Regional de Economia de São Paulo
452 fazer tradução de livros? Outra questão; qual é o livro do Lewis que estamos
453 propondo, não se diz. Então acha que o precedente não deve ser aberto, com toda
454 lealdade e reconhecimento a obra deste Economista, que aliás lembremos que ele
455 inspirou Celso Furtado na sua obra, estão lá as ideias de Lewis retratadas, mas se
456 coloca com o Conselheiro Gilson de que não somos uma casa editora, somos um
457 conselho, as obras estão aí, não iremos engrandecer mais ainda o Economista
458 Lewis que já ou foi detentor do Prêmio Nobel ele está com a proposta do
459 Conselheiro Gilson.

460 O Conselheiro Pedro Afonso diz que já leu o livro em inglês pois ele está em pdf
461 na internet, é um excelente livro que levanta uma questão muito fundamental,
462 chamar em português segundo a definição da editora que nos enviou, a editora da
463 Universidade Federal do ABC assinada, pois quando foi pedido essa informação
464 pelo Conselheiro Odilon, ele orientou como deveria ser feito. Então traduzindo, o
465 título é '**O conflito racial e desenvolvimento econômico**', é um tema
466 absolutamente interessante pelo fato dele ter sido o 1º Negro Prêmio Nobel de
467 Economia. Porém ele se reporta sempre às questões normativas, pois temos que
468 cumprir normas mesmo que não queremos pois o nosso objetivo é de melhor
469 atender aos pleitos. Então ocorre o seguinte; a resolução 1.896/2013 do Conselho
470 Federal de Economia estabelece que a questão de patrocínio estabelece alguns
471 critérios, que esse tipo de auxílio está incluído, só que ela exige uma normatização
472 do Conselho Regional para uniformizar os auxílios, pois os auxílios têm que estar
473 no portal de transparência, se nós dermos o auxílio para um teremos que explicar
474 porque demos, não é simplesmente escolher, infelizmente na história deste
475 conselho já houve situações em que houve distribuição para amigos, houve uma
476 plenária á alguns anos atrás em que de uma única vez foram concedidos R\$
477 250.000,00 de auxílios, inclusive nas outras plenárias, R\$ 50.000,00, R\$
478 60.000,00 e houve uma esdrúxula situação onde uma entidade pediu R\$
479 20.000,00 e o Conselheiro falou, não vamos dar R\$20.000,00, vamos dar R\$
480 30.000,00. Em 2016 com as denúncias em exame no TCU a plenária de então,
481 resolveu revogar uma norma que foi assinada por ele, como presidente do
482 CORECON, no dia 04/03/2010 fez questão de fazer uma resolução porque estava
483 desorganizada a situação, que é a Resolução 531/2010, isso foi revogado, e não
484 existe norma no Regional, que estabeleça norma de quais são os critérios de
485 concessão, a proposta da editora pareceu um valor baixo, a editora ficaria com os
486 custos da impressão de 300 exemplares R\$ 6.374,00, e US\$ 250, eles estão nos
487 pedindo, e do serviço de tradução, esses US\$ 250 inclui os direitos autorais e o
488 serviço de tradução que apuramos seriam na casa de R\$ 7.000,00, o serviço de
489 tradução seria escolhido pelo CORECON ou seria feito uma licitação ou consulta de



490 preços, e tem outra questão que em 2016 que apuramos é que não há a dotação
491 orçamentária para se fazer auxílios. Se quiséssemos uma aprovação agora
492 teremos que fazer uma modificação no orçamento já no período de final do ano, e
493 precisaria passar pela aprovação do COFECON. O que ele diz é que não é contra
494 no mérito, mas é contra diante dessas precariedades que ele acabou de mencionar,
495 a situação da resolução, a situação do orçamento, a situação de que não temos
496 normas para saber a quem iremos conceder o auxílio e a finalidade e quando se
497 faz uma norma está priorizando os recursos nesse caso, pois senão poderia ser
498 entendido que estaria beneficiando os amigos e desfavorecendo os inimigos, então
499 neste momento não votaria a favor do auxílio.

500 A Conselheira Salete diz quem acompanha o Presidente, os Conselheiros Gilson,
501 Vicente e Pedro Afonso.

502 O Presidente Barsi coloca que tivemos votos contra; o dele, o do Vice-Presidente
503 Pedro Afonso, da Conselheira Salete, do Conselheiro Vicente, e do Conselheiro
504 Gilson.

505 A Conselheira Nancy pede a palavra e diz que vota contra como Presidente e os
506 demais Conselheiros.

507 O Conselheiro Sergio Mendonça diz ter outro ponto, que não se trata do
508 encaminhamento do Vice-Presidente Pedro Afonso, não se trata de votar, se trata
509 de construir uma regra para a situação, ou abandonamos completamente, como o
510 Conselheiro Vicente colocou que o CORECON não deve ser uma editora, é uma
511 análise pertinente, ou construímos uma norma, essa de 2010 ser recuperada e
512 não se trata de votar contra ou a favor dessa obra, essa é a impressão dele do
513 debate.

514 O Presidente Barsi diz que está sendo debatido o patrocínio, com relação ao mérito
515 ele concorda que o conselho em prol dos economistas e para que houvesse um
516 entendimento da classe a respeito de temas dos mais variados temas econômicos,
517 temos aqui algo que impede que aprovamos. Podemos analisar a possibilidade de
518 futuramente patrocinar essa tradução, mas por enquanto não temos normas para
519 aprovar esse auxílio, como somos uma coletividade que opta pela democracia,
520 vão considerar o voto de cada um.

521 O Conselheiro Odilon diz que a argumentação feita pelo Vice-Presidente e pelo
522 Conselheiro Sergio, poderia suspender essa votação, como foi feito com as
523 matérias anteriores e ver a possibilidade de colocar no orçamento e ver essa norma
524 do COFECON, pois é um assunto de extrema importância, não é burocracia. E
525 respondendo ao Conselheiro Vicente, acho que o Conselho Regional tem muito
526 mais para se posicionar do que só defender os economistas, ainda mais em um
527 país como o Brasil, e ainda mais em relação aos nossos habitantes negros,
528 precisamos ter sensibilidade, se pegarmos o artigo 3º item 3 da Constituição
529 Federal coloca que uma das questões fundamentais do Brasil é acabar com
530 pobreza, então o conselho tem que se pautar por isso, poderíamos fazer uma
531 análise mais apurada disso, e depois decidir.

532 O Presidente Barsi, responde que agora teríamos que votar agora e abrimos uma
533 perspectiva de avaliarmos uma análise se colocar no orçamento algo que possa
534 viabilizar esse auxílio e ver junto ao COFECON se estamos dentro do nosso



535 regimento se nos permite patrocinar livros de economistas ou quem quer que seja.
536 A colocação do Pedro Afonso é pertinente e valiosa e lamentavelmente em questão
537 de legalidade precisamos observar.
538 O Conselheiro Odilon diz que entendeu que o Pedro Afonso não é contra,
539 poderíamos discutir com o COFECON para analisar essa norma e podermos atuar,
540 inclusive pode ter muitos outros livros importantes que possamos apoiar, o
541 conselho tem condições de fazer isso, se a universidade está pedindo é porque não
542 tem dinheiro, a situação do Brasil é dramática na área de educação, foram cortadas
543 verbas das universidades públicas e para o conselho não é um valor elevado de
544 recurso, então devemos suspender, encaminhar e fazer uma análise apurada do
545 assunto.
546 O Presidente diz que os outros assuntos da pauta que foram suspensos têm um
547 encaminhamento simples, esse caso do pedido de auxílio é um caso mais complexo
548 que depende da análise do COFECON. Então temporariamente não podemos
549 realizar a tradução do livro.
550 O Conselheiro Ricardo Martins, diz que em suas colocações dele foi no mérito das
551 questões como colocada pelo Pedro Afonso. Temos que ver com bases criteriosas
552 de se definir como isso acontece, e considera que o voto dele não é mais válido no
553 sentido de que se não tem condição orçamentária já começou errado e não deveria
554 estar em pauta, segundo para evitar essa questão de critérios devermos realmente
555 tratar dessa norma que determine e que não sejamos interpretados como benefício
556 de um ou de outro.
557 O Conselheiro Odilon Guedes disse que é importante esclarecer que é possível
558 fazer remanejamento orçamentário, são questões técnicas que podem ser
559 modificadas, diz que é lamentável a maioria do conselho ter uma postura contra a
560 afirmação de um economista negro, 1º negro a receber um Prêmio Nobel, diz que
561 lamenta profundamente o adiamento da decisão sobre o apoio para tradução do
562 livro do Economista Arthur Lewis.
563 O Vice-Presidente Pedro Afonso e o Conselheiro Ricardo Martins diz que a leitura
564 do Conselheiro Odilon Guedes, está incorreta e que não foi dito nada no sentido
565 de raça ou cor e sim de questões regimentais.
566 O Conselheiro Odilon diz que por questões regimentais que o Vice-Presidente
567 colocou, podemos consultar o COFECON.
568 O Vice-Presidente Pedro Afonso diz que não será necessário consultar o COFECON
569 pois o Presidente Barsi está suspendendo não está definindo
570 O Presidente Barsi fala que o tema foi colocado na ATA como matéria do dia por
571 insistência do Conselheiro Odilon Guedes, e que foi avaliado por cada um de pontos
572 de vista diferentes democraticamente. E não há decisão contrária ao mérito,
573 existem elementos que nos inibem em fazer essa tradução com a regras
574 regimentais que temos nesse momento.
575 O Conselheiro José Marcos deixa consignado da mesma forma que o Vice-
576 Presidente colocou, que ninguém pode fazer uma leitura diferente de tudo que foi
577 dito aqui, no mérito ninguém foi contrário à ideia, e nem fazendo discriminação a
578 tradução do livro, por se tratar de negro, e não aceita a palavra dos demais
579 conselheiros seja distorcida nesse sentido e gostaria que ficasse registrado em



580 ATA, todos fizeram colocações absolutamente pertinentes, inclusive entende que
581 por uma questão regimental aquele fez o pedido de colocar na pauta do dia tem o
582 direito de retirar da pauta e colocar isso em outros termos no momento oportuno
583 e agradece o presidente pelo discernimento de suspender essa votação em não
584 recusar terminantemente é importante que fique consignado de que 1º havendo a
585 possibilidade e havendo o estudo adequado, inclusive fornecendo para os membros
586 do conselho todos os elementos envolvido, o Pedro Afonso já leu livro, 2º ele
587 gostaria de saber qual o livro do Lewis que ele deveria ler, 3º o Pedro Afonso já
588 sabe os custos e tem informações privilegiadas que ele não tem, então ele foi
589 submetido a uma votação que ele poderia estar sendo injusto, deixa consignado
590 de que ele não é contra e que no mérito ele endossa a palavra do Presidente Barsi
591 de que ninguém está discutindo a validade do que está sendo proposto para este
592 conselho, o momento é inadequado e a regulamentação não nos permite aprovar
593 esta ideia. Então que se coloque para este conselho em momento oportuno futuro
594 em outros termos e não nesse que foi colocado aqui.
595 Item 4: instaurar o Tribunal Regional de Ética para o relatório do processo do
596 Conselheiro Pedro Afonso Gomes referente a denúncia D04/2021 e da Conselheira
597 Nancy Gorete Gorgulho Chaves Braga referente a denúncia D05/2021.
598 O Presidente Barsi fecha a sessão plenária e instaura o Tribunal Regional de Ética
599 para relato dos processos.
600 O Presidente Barsi agradece a todos pela democracia de opiniões, e disse que
601 todos têm a palavra para manifestar-se contra ou a favor em todos os aspectos
602 dos assuntos colocados em pauta.
603 O Conselheiro Haroldo parabeniza o Presidente Barsi pela postura diplomática em
604 conduzir a plenária de forma democrática e correta.
605 O Presidenta Barsi instala o Tribunal Regional de Ética, para relato dos processos
606 de ética.
607 O Vice-Presidente Pedro Afonso Gomes, na qualidade de Conselheiro relator do
608 processo D04/2021, trata-se de denúncia apresentada em 04/07/2019, contra o
609 Economista A.S., o nome tem que ser mantido em sigilo, pelo também economista
610 J.L.C.O. sob alegação de violação reiterada do quadro de ética profissional do
611 economista através de diversas notas e opiniões depreciativas sobre o profissional
612 J.L.C.O. e aspectos pessoais físicos, que possui publicadas no blog de propriedade
613 da empresa de consultoria do denunciado. Na denúncia folhas 6 e 10, nos anexos
614 da folha 11 à 70 dos autos constam elementos suficientes para colaborar as
615 informações do denunciante. O código de ética do economista, no capítulo 3 da
616 consolidação profissional, adotada pelo Conselho Federal de Economia, entre
617 outros itens preceitua entre outros aspectos que são infrações que contrariam a
618 ética profissional em carácter geral, 'f' usar de descortesia do trato com colega de
619 profissão fazendo-lhe alusões depreciativas ou demeritórias e divulgar informações
620 sobre assuntos econômicos de forma sensacionalista, promocional ou de conteúdo
621 inverídico presentes na documentação constadas nos autos indícios que o
622 economista S. possa ter cometido tais infrações e para que possa defender-se de
623 tais acusações este relator propõe ao plenário que decida pela admissibilidade da



624 denúncia com o prosseguimento do processo disciplinar na forma das normas
625 aplicáveis; 01 de setembro, Conselheiro Relator.

626 O Conselheiro José Marcos pede a palavra e diz que ainda na forma do regimento
627 pergunta se um dos presentes se sentem impedidos de votar por algum motivo?
628 Ele sugere perguntar se existe algum voto contra, assim já fica consolidado voto
629 por unanimidade.

630 O Conselheiro Ricardo Marins pergunta qual tipo de impedimento poderia existir
631 para que alguém possa votar contra.

632 O Conselheiro José Marcos diz que pode ser elo de ligação que se consiga
633 estabelecer de imediato com essa causa específica apresentada é que deveria ser
634 mencionado de alguma forma que alguém se sinta impedido de participar da
635 votação por qualquer meio, porém da forma como está sendo colocado já fica
636 impedido, pois foi omitido os nomes das pessoas envolvidas. Essa questão
637 regimental existe, no momento da votação é o artigo 7º do regimento do Conselho
638 Federal.

639 O Conselheiro Haroldo diz que um dos envolvidos no evento, embora tenha sido
640 suprimido os nomes é amigo "" no face book de um dos envolvidos, ou talvez dos
641 2 envolvidos, então para evitar qualquer problema nesse sentido ele gostaria de
642 se colocar na condição de impedido.

643 O Conselheiro Relator Pedro Afonso fala que na verdade o impedimento trata do
644 conhecimento que o julgador tem em relação ao julgado, ele não revelou, mas
645 esse processo circulou, o fato de ser amigo se vamos ao código de processo civil
646 que é a base de tudo, ele diz o seguinte; amigo íntimo ou inimigo capital. Diz que
647 os dois economistas fazem parte do face book dele mas ele não se considera
648 impedido pois ele não é nem amigo íntimo, nem inimigo capital dos envolvidos
649 Sendo assim o Conselheiro Haroldo pede que retire seu impedimento, pois não
650 está na condição dos motivos colocado para impedimento.

651 O Presidente Luiz Barsi Filho considera por unanimidade o voto para
652 admissibilidade do processo de denúncia.

653 Passada a palavra para a Conselheira Nancy, como relatora do processo D05/2021,
654 onde relata o parecer que é sobre um processo de ética; denunciante M.L.M. contra
655 o economista M.L.T.F., alegando que ele faltou com o respeito usando de palavras
656 de baixo calão e antes de toda norma de processo de ética do CORECON/COFECOM
657 debaixo dessa luz da ética ela votou por continuar o processo disciplinar para dar
658 ao CORECON uma visibilidade mais ampla sobre o ocorrido.

659 O Presidente Barsi diz que o parecer da Conselheira Nancy em relação a essa
660 relatoria é pela admissibilidade da denúncia.

661 A Conselheira Salete diz que gostaria de abster-se nesse processo da Conselheira
662 Nancy, por conhecer uma das partes.

663 O processo foi de denúncia D05/2021 referente ao parecer da Conselheira Nancy
664 como relatora, foi votado por unanimidade com abstenção do voto da Conselheira
665 Salete Aparecida Rossini Lara.

666 O Presidente Luiz Barsi ratifica os processos com a continuidade dos relatores para
667 os mesmos, pois os mesmos já possuem conhecimento dos processos.



668 Todos votam com Presidente para continuidade de ambos na relatoria dos
669 processos.

670

671 Relato dos processos do Conselheiro Gil Marcos Clarindo: tratamento especial em
672 função da idade 10; falecidos com remissão de débitos, 18; suspensão temporária
673 pessoa física 09; registros transferidos pessoa física 01; registro cancelado pessoa
674 jurídica 01.

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

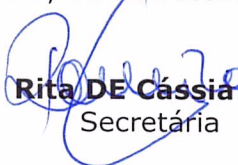
712

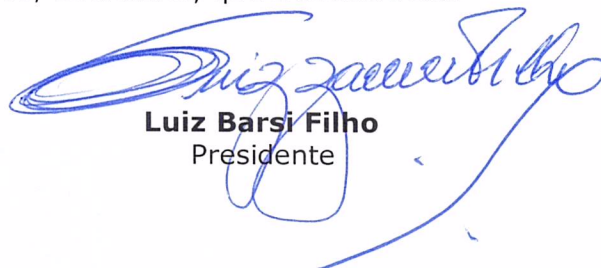
TRATAMENTO ESPECIAL EM FUNÇÃO DA IDADE (01/09/2021) – 6.827
NELSON CARLOS CORTEZ; 8.952 EDUARDO RINO; 9.026 ROBERTO VIEIRA
ROBERT; 10.436 NUCELIO LUIZ LEMOS; 10.558 NIVIA MARIA PEREIRA SOUZA;
11.214 OSVALDO HIEGI KOGA; 16.014 ALVARO DOS SANTOS FILHO; 16.857
MARIO VENDRELL ROYO; 17.026 ELIANA TEIXEIRA GUIMARÃES; 24.318
RAIMUNDO DE SOUZA ORIQUES - **RELAÇÃO DE ECONOMISTAS FALECIDOS**
COM REMISSÃO DE DÉBITOS (01/09/2021) 11.207 ARMANDO DE ARRUDA
CAMARGO FILHO; 12.135 JOSÉ CARLOS ARNALDI; 12.435 NIVACIR MORAES;
12.551 MARIA TERESINHA POLVANI; 12.583 FERNANDO JOSÉ DA COSTA; 12.923
THOMAZ UREBE FILHO; 13.231 WAGNER CATELAN; 13.806 CLODOVIL ALONSO
ZACARIAS; 13.950 ENIO KIYOHARA; 14.266 OSMAR MAZINI; 14.314; 14.531
JOSÉ EDUARDO JESUS E OLIVEIRA; 14.582 MANOEL LINO DE FARIA NETO; 14.669
ANTONI CARLOS FUNARI; PAULO CAMILLO PINTO E GUSMÃO; 21.324 ELÍSIO
CARDOSO MACAMBIRA; 24.698 SOVALDO PERES DA SILVA; 33.414 WALDYR DE
ASSIS VASCONCELOS-**RELAÇÃO DE REGISTROS TRANSFERIDOS PESSOA**
FÍSICA (01/09/2021) – 36.781 VITOR GOMES REGINATO (6ª REGIÃO/PR) -
RELAÇÃO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA PESSOA FÍSICA (01/09/2021) –
20.142 HERNANI JOAQUIM DE M. ARRISCADO (PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO
POR AUSÊNCIA DO PAÍS); 31.671 MICHELLE FERNANDA FULCO (DESEMPREGO);
33.098 ANDRÉ RIBEIRO CARDOSO (PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO POR
AUSÊNCIA DO PAÍS); 33.370 JULIANA AVILA (PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO
POR AUSÊNCIA DO PAÍS); 34.944 MARIANA NAKAMURA LEITE (DESEMPREGO);
35.088 WASHINGTON CARDOSO KUWADA (DESEMPREGO); 35.615 JOÃO
GUILHERME GRANDIZIOLI GOMES DOS SANTOS (PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO
POR DESEMPREGO); 35.714 LUIS EDUARDO SOARES MADASI (DESEMPREGO);
36.642 EDSON CARVALHO KINA (DESEMPREGO) - **RELAÇÃO DE REGISTROS**
CANCELADOS – PESSOA JURIDICA (01/09/2021) - RE/5.263 APEMEC
ASSOC. DE PEQ. E MÉDIAS EMP.DE CONST. CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
(ALTERAÇÃO NO RAMO DE ATIVIDADE)



713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725

O Presidente Luiz Barsi Filho, agradeceu a presença de todos à sessão que teve início às 12h10m e encerrando-se às 14h29m. E para contar, lavrou-se a presente ATA que, após aprovação, consoante as disposições regimentais, será assinada pelo Presidente e por mim, Rita de Cássia Zaquello, Secretária, que a subscreveu. São Paulo, 01 de Setembro de 2021.


Rita DE Cássia Zaquello
Secretária


Luiz Barsi Filho
Presidente